



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROVA DE SELEÇÃO DE TUTORES NA MODALIDADE À DISTÂNCIA

GRUPO: SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

DATA:	HORÁRIO:
NOME DO CANDIDATO:	
CPF:	
ASSINATURA:	

INSTRUÇÕES:

1. Preencha o quadro acima, não deixando de **assinar** no local indicado;
2. A avaliação é **individual**;
3. Duração da avaliação é de 01 (uma) hora;
4. Essa avaliação tem o valor de 50 (cinquenta) pontos;
5. O tempo de tolerância para o início das provas e o tempo de sigilo é de 10 minutos.

QUESTÃO UM: O modelo de Administração Gerencial foi implantado:

- a) No primeiro Governo Lula.
- b) No segundo governo Lula.
- c) No Governo FHC.**
- d) Durante o regime militar.

QUESTÃO DOIS: O que caracteriza a Reforma do Aparelho do Estado:

- a) Uma forma de trazer os avanços do modelo americano para o Brasil.
- b) Uma forma de trazer as mais recentes conquistas da administração de empresas para a administração pública.**
- c) Criar um modelo de Estado baseado nas parcerias público-privadas.
- d) Implantar um modelo de administração pública sem as características do setor privado.

QUESTÃO TRÊS: Marque a alternativa que contém as três ações básicas que eram previstas na Reforma do Aparelho do Estado:

- a) privatização; serviços sociais; terceirização.
- b) bens de serviços e de mercado; publicização; terceirização.
- c) privatização; publicização; serviços sociais.
- d) privatização; publicização; terceirização.**

QUESTÃO QUATRO: Não é uma característica da Administração Pública Patrimonialista:

- a) Nem todos os membros possuem o status de nobreza real.
- b) Inexistência de corrupção e nepotismo.**
- c) Confunde-se o Estado com o particular.
- d) A administração é voltada para os interesses do soberano.

QUESTÃO CINCO: Marque com um “X” a alternativa CORRETA.

“O processo constituinte conformou-se em um espaço democrático de negociação constante, desenvolvido ao longo das suas diversas etapas, em que um núcleo de congressistas progressistas desempenhou papel relevante, apoiado por intelectuais do movimento da reforma sanitária.

O texto final negociado incorporou as grandes demandas do movimento sanitário” (BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Legislação Estruturante do SUS – Brasília: CONASS, 2011, p.16).

Este texto final é:

- a) A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em outubro de 1988.**
- b) A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em outubro de 1991.
- c) O Relatório da Conferência Nacional de Saúde, de 1988.
- d) A Lei Orgânica da Saúde de 1986.

QUESTÃO SEIS: Art. 198 da Carta Magna vigente: *“As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada, hierarquizada e constituem um sistema único, organizado com as seguintes diretrizes: descentralização; atendimento integral e participação da comunidade”.*

Encontramos neste recorte da Constituição alguns fundamentos basilares dos serviços e ações de saúde pública brasileira, quais sejam:

- a) Direção do governo federal, descentralização, integralidade, regionalização, hierarquização e controle social.
- b) Direção do governo estadual, descentralização, integralidade, regionalização, hierarquização e controle social.

c) A constituição do Sistema Único de Saúde, a descentralização, integralidade, regionalização, hierarquização e controle social.

d) Direção compartilhada e a constituição do Sistema Único de Saúde, a descentralização, integralidade, regionalização, hierarquização e controle social.

QUESTÃO SETE: Quais são os princípios/diretrizes do Sistema Único de Saúde que tratam do acesso às ações e serviços de saúde para todos, cada um na sua necessidade, com os serviços organizados em níveis crescentes de complexidade (atenção primária, atenção secundária e atenção terciária), circunscritos à determinada área geográfica?

- a) Universalidade, resolutividade e equidade.
- b) Equidade, hierarquização, regionalização e universalização.
- c) Universalidade, equidade, hierarquização e regionalização.**
- d) Universalidade, equidade, regionalização e hierarquização.

QUESTÃO OITO: “Com as políticas orçamentárias e o planejamento público municipal busca-se o saneamento geral das finanças do município, convivendo-se em contraponto com a escassez de recursos financeiros para processar as grandes e variadas demandas de uma sociedade cada vez mais complexa”.

A partir do contexto acima, assinale a afirmativa **incorreta**:

- a) *Accountability* em administração pública pode ser definida como o conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os decisores governamentais a prestarem contas dos resultados de suas ações garantindo-se maior transparência e a exposição das políticas públicas.
- b) O Governo, todos os anos, deve elaborar um documento que demonstre o que se pretende arrecadar e como tal arrecadação será aplicada. Para tanto, é necessário vincular a aplicação desses recursos a metas e a programas necessários para atender a demanda da sociedade ou para solucionar uma dificuldade diagnosticada.
- c) As Receitas Orçamentárias de Capital são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido [...]. São exemplos de Receitas Orçamentárias de Capital: Receita Industrial; Receita de Serviços; Receita de Contribuições; Transferências Correntes.**
- d) Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Visa proporcionar iguais oportunidades aos que desejam contratar com o Poder Público, dentro dos padrões previamente estabelecidos pela Administração, e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos.

QUESTÃO NOVE: As afirmativas abaixo trazem informações sobre a Governança Pública e um novo entendimento do Estado como agente de governança. Diante disso, marque a alternativa **correta**:

- a) Governança Pública é uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil [...] A Governança Pública está associada a uma mudança na gestão política.**
- b) A Governança Pública visa uma solução inovadora dos problemas sociais, criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes. No entanto, a Governança Pública não sugere que o Estado transfira ações para o serviço privado, ou que o Estado tenha parceiros sociais.
- c) A Governança Pública sugere uma política de amplitude de atribuições, onde as instituições públicas têm a obrigação de oferecer em termos exclusivos todos os serviços públicos. Isso se justifica, pois para a Governança Pública o Estado é produtor do bem público.
- d) Numa estrutura de Governança Pública o Estado age, principalmente, sobre o setor privado e o terceiro setor, com o propósito de desmobilizar seus recursos e desativar as forças da sociedade civil, garantindo ao Estado a centralização de todas as ações voltadas aos serviços públicos.

QUESTÃO DEZ: Assinale a afirmativa **incorreta** sobre Receitas Públicas:

- a) A Receita Líquida Real é a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital e, no caso dos Estados, as transferências aos Municípios, por participações constitucionais e legais.
- b) A Receita Pública é todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado através de numerário ou outros bens representativos de valores – que o Governo tem o direito de arrecadar em virtude leis, contratos ou quaisquer outros títulos de que derivem direitos a favor do Estado – quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário de valores que não lhe pertencerem.
- c) Transferências Correntes são os recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas com investimentos ou inversões financeiras, a fim de satisfazer finalidade pública específica que não seja contraprestação direta a quem efetuou essa transferência.**
- d) As Transferências Intergovernamentais compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente (chamado “transferidor”) a outro (chamado “beneficiário”, ou “recebedor”). Podem ser voluntárias, nesse caso destinadas à cooperação, auxílio ou assistência, ou decorrentes de determinação constitucional ou legal.